

A DEMOCRACIA NA ERA DIGITAL: QUESTÕES EM TORNO DE AUTÔMATOS DESOBEDIENTES

LA DEMOCRACIA EN LA ERA DIGITAL: CUESTIONES SOBRE LOS AUTÓMATAS
DESOBEDIENTES

DEMOCRACY IN THE DIGITAL AGE: ISSUES SURROUNDING DISOBEDIENT AUTOMATONS

Salim Mokaddem*

Universidade de Montpellier | França

Avelino Aldo de Lima Neto**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

RESUMO: No presente ensaio, apresentamos questões nodais sobre a democracia e os sujeitos em uma época digital. Objetivando mais alimentar as questões com provocações do que respondê-las imediatamente, deteremo-nos sobre elas a partir de quatro movimentos: inicialmente, esboçamos algumas características centrais da *épistémé* da atualidade; em seguida, concentramo-nos sobre o problema do viver juntos em tempos de tecnologias, sucedendo a essa reflexão uma análise acerca dos riscos democráticos desse contexto. Por fim, após delimitarmos o lugar do exercício filosófico em um espaço aparentemente inóspito para ele, desvelamos algumas considerações sobre os desafios do pensar desobediente nas democracias contemporâneas. Do início ao fim, as reflexões são atravessadas por imagens do videodança *Autómata* (2020), a partir das quais a argumentação é alimentada.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Tecnologia. Racionalidade. Digital.

* Doutor em Filosofia pela Universidade Paris 1 – Panthéon/Sorbonne. Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Montpellier (França). Pesquisador do *Laboratoire Interdisciplinaire de Recherches en Didactique, Education et Formation* (LIRDEF – EA 3749). Colaborador estrangeiro do Observatório da Diversidade (IFRN/CNPq). E-mail: salim.mokaddem@gmail.com.

** Doutor em Educação pela Universidade Paul Valéry – Montpellier III e pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor do IFRN e dos Programas de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP/IFRN) e em Educação (PPGED/UFRN). Pesquisador do Observatório da Diversidade (IFRN/CNPq). E-mail: ave.neto@hotmail.com.

RESUMEN: En este ensayo, presentamos preguntas nodales sobre la democracia y los temas en una era digital. Con el objetivo de alimentar las preguntas con provocaciones más que de responderlas inmediatamente, nos detendremos en ellas a partir de cuatro movimientos: inicialmente, esbozamos algunas características centrales de la epistema actual. Luego nos centramos en el problema de la convivencia en tiempos de la tecnología, seguido de un análisis de los riesgos democráticos de este contexto. Por último, tras delimitar el lugar del ejercicio filosófico en un espacio aparentemente inhóspito para ello, desvelamos algunas consideraciones sobre los retos del pensamiento desobediente en las democracias contemporáneas. De principio a fin, las reflexiones están cruzadas por imágenes de la videodanza *Autómata* (2020), de la que se alimenta la argumentación.

PALAVRAS-CLAVE: Democracia. Tecnología. Racionalidad. Digital.

ABSTRACT: In this essay, we present nodal questions about democracy and subjects in a digital age. Aiming more to encourage the questions with provocations than to answer them immediately, we start from four movements: initially, we outline some central characteristics of today's epistemic. Then we focused on the problem of living together in times of technology, succeeding this reflection with an analysis of the democratic risks of this context. Finally, after delimiting the place of philosophical exercise in an apparently inhospitable space for it, we unveil some considerations about the challenges of disobedient thinking in contemporary democracies. From beginning to end, the reflections are crossed by images from the videodance *Autómata* (2020), from which the argumentation is enriched.

KEYWORDS: Democracy. Technology. Rationality. Digital.

1 INTRODUÇÃO

Habitamo-nos aos *QR Codes*¹. Usados para as mais variadas funções, esses códigos visuais dão acesso a algum conteúdo exclusivo. Possibilitam entradas, fazem funcionar, põem em marcha um processo por meio da simples utilização das câmeras dos *smartphones*. Nesse período pandêmico, nossos lares foram habitados por tais códigos. Em um futuro bem próximo, certamente eles serão usados para controlar as fechaduras das portas das casas: *QR Codes* mutáveis a cada abertura ou fechamento permitirão o ingresso apenas do morador ou de quem ele autorizar.

As produções audiovisuais de nossa *epistémê* já nos revelam algo desse cenário. Nos primeiros segundos de *Autómata* (2020), videodança produzido por Pedro Fiuza, somos submetidos a um frenesi de *QR Codes*. Pouco a pouco, porém, no interior deles se esboçam traços diferentes. Rápidas, borrando os muitos quadrados e retângulos bem delineados do código, os movimentos dessas novas linhas se tornam cada vez mais espessos. O preto e branco dá lugar, paulatinamente, ao colorido de um corpo e de um cenário no qual se encontra a intérprete, Ana Cláudia Viana², a autómata. Ela está em uma casa, na qual os espectadores adentramos através do código.

¹ Em inglês, *Quick Response Codes*.

² Artista cearense radicada no Rio Grande do Norte, Ana Cláudia Viana é intérprete e pesquisadora da Dança e da Educação. Site oficial: <http://anaclaudiaviana.art.br/>.



Figura 1: Frenesi de QR Codes

Fonte: Autômata (2020)



Figura 2: Do QR Code ao corpo

Fonte: Autômata (2020)

Os autômatos povoam a literatura, o cinema e as artes em geral desde fins do século XIX. Com o nascimento da computação, mais particularmente com a Teoria dos Autômatos, a palavra escande o significado, pois à máquina capaz de imitar os movimentos humanos ou animais se somarão os problemas computacionais e suas linguagens formais. Em linhas gerais, o autômato executa ordens, obedece ou rejeita entradas específicas, como uma espécie de avesso aterrorizante do sujeito livre e racional postulado pelo Iluminismo desde o século XVIII, mormente por Kant em seu *Was ist Aufklärung?* (1794).

No videodança *Autômata*, o tema sobre o qual gostaríamos de nos deter na presente ocasião se encontra condensado no movimento da intérprete, nos enquadramentos e ângulos, na música, na fotografia, enfim, na performance da qual participamos pela percepção das imagens. Elas nos lançam as primeiras questões desse ensaio: haveria algum espaço de liberdade entre os códigos que determinam uma certa maneira de proceder e o pensar e o agir humanos na atualidade, isto é, no contexto das democracias situadas em uma época digital? Nesse contexto, o que resta de inventividade em nós, convertidos aparentemente em autômatos? Qual o espaço para a ousadia, a audácia, enfim, a *coragem* que caracteriza a exigência ética fundamental do Iluminismo a tal ponto de poder ser situada no cerne no sujeito crítico (GROS, 2018)?

No presente ensaio, valendo-nos das imagens de *Autômata*, deteremo-nos sobre essas questões a partir de quatro movimentos: inicialmente, esboçamos algumas características centrais da *épistémé* da atualidade. Em seguida, detemo-nos sobre o problema do viver juntos em tempos de tecnologias, sucedendo a essa reflexão uma análise acerca dos riscos democráticos desse contexto. Por fim, após delimitarmos o lugar do exercício filosófico em um espaço aparentemente inóspito para ele, desvelamos algumas considerações sobre os desafios do pensar desobediente nas democracias contemporâneas.

2 A ÉPISTÉMÉ ATUAL E SUAS QUESTÕES

Nossa época é marcada por uma *épistémé* da ruptura, da descontinuidade, da recusa do universal e por um certo retorno às identidades e afirmações identitárias. Não se trata de afirmações comunitárias, mas sim comunitaristas e identitaristas. Com efeito, os indivíduos estão presos em *psychai* e modos de vida autocentrados por *slogans* e lemas narcísicos orgulhosamente expostos em roupas com propósitos declarativos e publicitários³: *porque eu quero; faça você mesmo; seja você mesmo*. Se é verdade que essas divisas podem demandar algo parecido com a coragem, está longe de ser o *Sapere aude* kantiano (GROS, 2018).

Nosso tempo é assinalado pelos influxos identitaristas dos sujeitos sobre si mesmos. Tais influxos, no entanto, nem sempre se baseiam em uma escolha ética. Inversamente, muitas vezes estão sobrecarregados por deflações ontológicas. Esse retorno sobre si não é escolhido existencialmente conforme práticas de verdade e técnicas de vida (FOUCAULT, 2015; 2018; HADOT, 2019), provenientes da autonomia de sujeitos livres e autênticos. Na verdade, as estruturas psíquicas são determinadas por artefatos ligados a maquinarias ou a processos sociais oriundos de tecnoestruturas e de biopolíticas específicas.

De fato, muitos indivíduos estão ensimesmados e esvaziados de toda poesia, porque há uma mutação na tecnoestrutura dos modos de produção e das forças produtivas. A tecnologia digital instala sistematicamente tanto uma nova relação entre sujeito e objeto quanto entre trabalho, temporalidade, máquina e produtividade. Nas sociedades pós-industriais, o consumismo se torna uma finalidade do capitalismo produtivista e um modo de funcionamento da economia financeira em um mundo governado por nanotecnologias e calculadoras de algoritmos. O sujeito é, então, considerado uma máquina desejanter (DELEUZE; GUATTARI, 1969; 1972) ligada ao consumo em massa. O sujeito é, principalmente, produto de uma sociedade de ficções e de propaganda (BERNAYS, 1928) destinada a automatizar sua vida íntima e sua subjetividade.

Nesse contexto, o digital pareceria eliminar a ideia de liberdade, reduzindo todos os problemas políticos a cálculos necessários, binários e não-dialéticos, sem deliberações e decisões de julgamento baseadas na reflexão. Aparentemente, os indivíduos se tornariam operadores e objetos determinados por matrizes algorítmicas redutíveis a matrizes analíticas ou a arborescências analíticas.

Podemos, então, perguntarmo-nos acerca de nossa atualidade e tentar entender aonde nossa democracia se dirige, em um ritmo que esgota os sujeitos interiormente. Ela o faz por meio de solicitações permanentes e imediatistas, como o demonstra o presentismo dos meios de comunicação, em conexão permanente com e através dos GAFA⁴. O esgotamento subjetivo opera-se, igualmente, através do constante controle psicossocial exercido pelos metadados, bem como pelos aplicativos continuamente em ação em nosso mundo de vigilância eletrônica.

Isso posto, as perguntas anunciadas no início desse ensaio se desdobram em outras: é possível delegar o espírito crítico e a liberdade em matéria de decisão democrática? Em que visão de homem e de sociedade se baseia uma concepção cuja definição do homem funda-se em cálculos e encadeamento de razões necessárias? A história e a lei são solúveis em uma racionalidade calculista ou em uma *mathesis universalis* algébrica?

Vale ressaltar que assistimos a uma redefinição da humanidade em termos como pós-humanismo, homem aumentado, processos de máquina desejanter e seres ciborgue (DELEUZE; GUATTARI, 1969; 1972; GLEYSE, 2018; HARAWAY, 2009). Nessa direção, surge uma outra pergunta: essa realidade nos obriga a pensar o presente como uma “pós-modernidade” que abandona a narrativa histórica e a continuidade progressiva da democracia ocidental, como aconteceu, por exemplo, com o abandono da perspectiva hegeliano-marxista?

³ Tomamos o termo no sentido empregado por Kant (2011) no texto *Was ist Aufklärung?* (1794), ou seja, um uso público da razão para fins de informação e transmissão de conhecimento.

⁴ Sigla para Google, Apple, Facebook e Amazon.

A aposta é alta: nossas sociedades estão definitivamente ancoradas em uma era de hiper-liberalismo e pós-liberalismo. O que pode então acontecer com as deliberações políticas e decisões democráticas? A ruptura da democracia seria privada de consequências para nossas liberdades e para a estrutura republicana de nossas instituições? A noção de instituição ainda tem futuro – e, portanto, as definições de sujeito e de coletivo – quando o algoritmo e a narração de histórias administram as máquinas passivas de desejo que são os sujeitos das cidades pós-modernas?

O risco reside no fato do desaparecimento da política e da política como filosofia crítica trazer consigo um imperialismo do código formal em detrimento de duas dimensões fundamentais da existência: a linguagem e o pensamento. Com essas dimensões, se esvaem, por consequência, o desejo de sentido e de humanismo que a filosofia como política e a política como filosofia crítica carregam.

Qual é então o propósito de viver juntos hoje? Essa questão merece ser abordada a fim de evitar pensar que a tecnologia e a ciência dão a resposta adequada e irrefutável, senão definitiva, às perguntas fundamentais que os seres humanos se fazem e devem se fazer constantemente para se tornarem e permanecerem humanos – e não autômatos – tanto quanto possível e tanto quanto possível em vista da ideia reguladora que preside seu ser no mundo, com e para os outros, bem como para sua melhoria etopoética.

3 O SIGNIFICADO DE VIVER JUNTOS E O JULGAMENTO CRÍTICO

A negação da história e do sentido temporal (diacronia, cronologia, periodização, continuidade, progressivismo) constitui os parâmetros da época. Nossa era, paradoxalmente, insiste no inatismo, no naturalismo, na biodiversidade, na biopolítica, na ecologia, na moda, na conectividade, em contraposição à análise das complexas determinações da história. Esta, por sua vez, é compreendida enquanto movimento dialético da construção da identidade como produto lógico e conceito reflexivo.

Atualmente, a realidade digital se caracteriza pela força efetiva de algoritmos que limitam o qualitativo ao quantitativo, facultando, assim, uma leitura algébrica – e não mais simbólica – do real, reduzido a entidades formais abstratas e simplificadas. O digital permite cálculos e medições para uma racionalidade de entendimento, procede por avaliações sumárias e relações algébricas de custos e perdas sob a ótica de uma calculabilidade que organiza o mundo como uma economia crematística.

Entretanto, a história das sociedades de direito é a da libertação dos humanos da necessidade natural, além de ser um trajeto marcado pela emancipação histórica da *physis* através da *praxis*: o progresso das forças produtivas é inseparável do progresso da razão técnica, teórica, prática e de uma antropologia da cultura. Por outro lado, as *Tecnologias da Informação e da Comunicação* (TICs), os dispositivos de *Nanotecnologia, Biotecnologia, Informática e Ciências Cognitivas* (NBICs), as economias digitais e outros paradigmas mantêm a mente em um presente de cálculo.

Nesse contexto, não há outra temporalidade, senão o presente ou o real matricial descontextualizado, privado de suas materialidades e das determinações históricas que o compõem. Por real matricial, compreendemos a realidade escrita por algoritmos e a eles reduzida. Instalamo-nos, assim, em um processo de desistoricização dos fatos para torná-los eventos supostamente puros.

Essa matriz descontextualizada torna-se um real sem uma arqueologia: agora não é mais possível empreender a genealogia exata e a identificação lógica e histórica na materialidade que constitui o significado e a verdade da realidade. Em resumo, o presentismo do mundo digital é desprovido de marcadores cronológicos diferenciados e de singularidades culturais. Por ser desmaterializado, é também essencializado de forma abstrata e indiferenciada.

A tecnologia digital e seus derivados sociais (*smartphones*, aplicativos, redes sociais, notificações) fazem o indivíduo mergulhar na imagem virtual de uma sequência de números (1 e/ou 0), atando-o a um cordão umbilical narcisista – a saber, o da notificação contínua dos aplicativos nos dispositivos digitais. Dessa tela cuja luz não cessa de iluminar nosso rosto, quase não conseguimos retirar os dedos. Ela parece ser a única coisa que, ao nos unir aos outros, nos torna humanos – mesmo que estejamos sozinhos.

Em *Autômata*, o cenário no qual se encontra a intérprete é atravessado tão somente por um pouco de luz vinda do exterior, aparentemente entrando no espaço através de uma fresta muito estreita. Sozinha, a intérprete sente o prazer da luz em seu rosto; em seguida, tenta “agarrá-la” a todo custo, como se fosse a única coisa que lhe atasse ao mundo exterior. O movimento de seus dedos se assemelha aos habitualmente feitos por todos nós nos *smartphones*. Inebriamo-nos com aquela luz incessante, parecendo-nos esquecer que o seu excesso leva, fatalmente, à cegueira e à repetição dos mesmos gestos – mesmo quando todas as notificações já foram visualizadas.



Figura 3: O prazer da luz

Fonte: *Autômata* (2020)

Os dispositivos digitais exercem um papel ambíguo, marcado ao mesmo tempo por uma natureza viciante e protetora, revelada na luta contra a angústia de viver nesse mundo grande demais para o indivíduo. Assim, o vício assume a uma função de segurança constante pela performance normativa e prescritiva do bem-estar (produzindo dopamina e serotonina), ancorando a psique humana, desde a primeira infância, em uma espécie de alucinação permanente.

Esse vínculo produz sintomas depressivos quando o indivíduo deixa o mundo virtual. Daí a dessocialização e os riscos de isolamento produzidos por jogos, por aplicativos e pela atenção permanente às solicitações deles provenientes. Desse contexto decorre, igualmente, a transformação das relações humanas a partir dos critérios digitais. Somos telas nas quais os outros deslizarão seus dedos, como parece revelar o enquadramento das imagens abaixo e o gesto da intérprete. Após a repetição do gesto e o gozo dele advindo, expresso em seu rosto, ela continuará a se mover automaticamente.



Figura 4: Mãos na tela

Fonte: *Autômata* (2020)



Figura 5: Humanos como telas

Fonte: Autômata (2020)

Nessa direção, torna-se difícil, então, descentralizar os psiquismos quando eles dependem de fluxos digitais. É ainda mais complicado pedir atenção e senso crítico a mentes sempre ocupadas consigo mesmas. O psíquico e o somático estão ligados e fazem sentido em uma codificação oriunda do nascimento do sentido simbólico para o ser humano. A atualidade experimenta essa ruptura no hiperativismo das crianças, na revolta permanente e pulsional dos adolescentes, no egocentrismo dos adultos e na depressão das pessoas no fim da vida.

Esse mal-estar é civilizacional e político. O confinamento em si e por si mesmo, a cidadela da alma aprisionada em si mesma pelo egocentrismo incessante, inibe e impede que os laços sociais e políticos formem um coletivo sustentado por sujeitos autônomos e responsáveis. Uma democracia não pode, então, existir em uma sociedade atomizada, na qual os indivíduos, separados uns dos outros, vivem em um mundo monádico – no sentido de Leibniz –, mas sem a harmonia pré-estabelecida e o *vinculum substancialis* por ele posto no princípio do universal, regulando as mônadas entre si em um vínculo de co-pertencimento e interexpressão.

Face a tal paisagem, a questão da formação para o julgamento crítico é essencial para uma democracia autêntica. Na França, esse é o significado da Escola na República, materializado, entre outras iniciativas, na luta de Condorcet ao assumir o programa do Iluminismo e da Enciclopédia para iluminar a humanidade com o conhecimento. No Brasil, herança similar se encontra nas pedagogias de Anísio Teixeira e de Paulo Freire, capazes de marcar as reformas educacionais e os discursos sobre o fenômeno educativo até o presente momento. A obra de Freire, sobretudo, se tornou tema de embates nos cenários digitais contemporâneos, mormente a partir do recurso às *fake news* em redes sociais e aplicativos.

De todo modo, é notória a ingenuidade do Iluminismo, que articulou, de forma platônica, escatologia e aquisição de saberes em uma perspectiva da conversão da alma confrontada com a Ideia do Bem. Sabemos que as Luzes tinham em si e sobre si certas sombras perigosas e assassinas, e a história dos grandes conflitos do século anterior nos mostrou que o conhecimento nem sempre é garantia de virtudes humanistas.

Entretanto, não devemos confundir conhecer e saber: ao esquecermos a fenomenologia da razão na história, perde-se o espírito efetivo tanto de sua lógica de liberdade em transformação quanto da política de verdades e de valores que essa razão busca universalizar de forma concreta – e não através de cálculos abstratos de compreensão, separados da vida material dos indivíduos e das sociedades.

4 O HOMEM APERFEIÇOADO, A SOCIEDADE “INTELIGENTE” E A DESDEMOCRATIZAÇÃO

Nossas sociedades vivem transformações tecnológicas e biopolíticas que subvertem espaços históricos e simbólicos tradicionais (LYOTARD, 1979; STIEGLER, 2018). O progresso da medicina, da robotização, da biologia molecular e das nanotecnologias não esconde os objetivos dessas novas técnicas. Além disso, podemos nos colocar a questão do fim do Homem ou da Humanidade: que

tipo de humanismo é postulado pelas democracias hiperconectadas? Qual seria o escopo da democracia em uma sociedade automatizada, racionalizada por algoritmos e máquinas inteligentes e especializadas?

Não se trata de culpabilizar a técnica, o progresso material, a sociedade moderna e pós-moderna, assumindo uma posição tecnofóbica. Em vez disso, trata-se de questionar pacientemente o significado perturbador do humanismo aumentado: quem confere às sociedades conectadas – e, em contrapartida, ao mundo fortemente dependente delas – o tom e o cânone antropológicos dos quais se originam seus significados e seus propósitos?

Até o presente momento e desde muito tempo, não são os povos e os espíritos livres – no sentido de mentes desinteressadas e filosoficamente distantes dos interesses partidários –, os responsáveis pela imposição desses significados e finalidades, mas os GAFAs e os bancos. Essas estruturas formais e digitais não estão fundamentalmente orientadas para um bem ou uma melhoria eudemonística da humanidade, mas sim para um crescimento de mais-valias, para o capitalismo total ou para o lucro máximo, sem preocupação legítima com o bem coletivo ou com uma universalização da razão crítica.

O risco é que o Estado, a instituição, a lei, o símbolo, a ordem simbólica, sejam para o Capital fundamentalmente uma fonte objetiva de freios e de restrições diversas ao seu apetite ilimitado, à sua voracidade cumulativa total. Daí, no que concerne ao uso das tecnologias digitais, a necessidade de educação – levada a cabo não por fabricantes de TICs e vendedores de *softwares* educacionais ou promotores do uso de aplicativos destinados a induzir vícios consumistas.

Faz-se mister repensar o cálculo, no sentido empírico e transcendental do termo. Essa tarefa visa evitar a redução do pensamento, doador de sentido à prática humanista da vida política na Terra, à uma economia abstrata de deduções formais de cálculos de ganhos e perdas avaliados por entendimentos contábeis que não levam em conta as ricas determinações sociais e éticas das quais a humanidade é composta.

5 MATEMÁTICA, SENSIBILIDADE, CÓDIGO, LINGUAGEM: O MUNDO DA DIGITALIDADE

A filosofia dá à linguagem uma força que não é a do código formal ou da linguagem unívoca da geometria. Com efeito, ela começa com o diálogo e com o intercâmbio de razões. Não é pensamento místico ou religioso, ou mesmo uma teologia ou uma sabedoria: a filosofia é *amor* à e pela sabedoria e busca do sentido e de verdades na e através da linguagem.

Nesse sentido, a política da filosofia é, fundamentalmente e historicamente, o compartilhamento de razões, a partilha do sentido, do sensível (MERLEAU-PONTY, 1966) e das verdades na e através da linguagem. É uma questão de saber não quem detém a verdade pela força, lei ou riqueza, mas pelo exercício de um julgamento fundamentado. Evidentemente, o convencimento pode se concretizar através da retórica e não pela persuasão fundada na razão demonstrativa, criando assim uma ilusão, enganando o outro se ele não estiver vigilante, atento e coerente.

Quem não é geômetra não entre!: a famosa advertência, inscrita no portal da Academia de Platão, lembra-nos que, para filosofar, é essencial ter lógica, definições reconhecidas e construídas em conjunto e habilidades de abstração e dedução validadas pelo matemático. Essas competências, contudo, não produzem naturalmente o filósofo, exceto se esquecermos o trabalho e a ascese que estão na origem – e que sempre fazem o labor – da filosofia, como recorda Michel Foucault em seus últimos cursos no *Collège de France*.

Essa ascese, cujo escopo é a transformação de si, é apresentada na tensão encarnada pela intérprete de *Autômata*. Ela luta entre o desejo de liberdade e a automatização dos gestos. Esse combate agonístico, ao qual se referia Foucault para referir-se ao cuidado de si entre os Antigos, se revela quando a bailarina, deitada no chão, quase em posição fetal, observa os próprios dedos como se conversasse com eles. Parece querer controlá-los, mas não consegue. Os *digitus*, a digitalidade, ao invés, se revela mestra do seu corpo, enfeitiça-lhe como num gesto mágico contra o qual ela peleja para retomar a própria maestria de si.



Figura 6: *Os digitus*
Fonte: Autômata (2020)



Figura 7: O medo da digitalidade
Fonte: Autômata (2020)

Descartes, Spinoza, Leibniz e Peirce, por exemplo, são autores cujas obras poderiam ser lidas como apologias do formalismo e da característica universal, se não prestarmos atenção à exigência propriamente filosófica e ética apresentada por eles como estando na origem da gramática formal. Esses autores nos dizem que a razão só faz sentido quando viabiliza uma Cidade de cidadãos filósofos, de seres humanos esclarecidos sobre a natureza teológico-política do melhor regime político. Descartes, Spinoza, Leibniz e Peirce ainda postulam que o pensamento só pode ser assim considerado se solicita uma razão crítica e um julgamento reflexivo sobre o princípio de cada ato da vida da mente, bem como do fundamento da vida social, civil e política – posição bastante distante de uma automatização da vida.

6 CONCLUSÃO PROVISÓRIA: A CONTÍNUA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA REALIDADE DEMOCRÁTICA NA ERA DA DIGITALIZAÇÃO

De Hegel a Bataille, a razão experimentou uma dialética de automovimento de seu reconhecimento e de sua perda, em contextos históricos nos quais o irracionalismo tendia a ganhar terreno através de um retorno às “ciências” da natureza no Romantismo e através do recurso a uma soberania do desejo que recusa o trabalho da razão na história.

Alguns fenômenos se instalam no interior dessa dialética. A perda de sentido e a destruição da racionalidade por meio da financeirização da economia, por exemplo, inauguram o economismo como consumismo tanatológico. Por seu turno, a submissão a um dispositivo permanente de normalização não deixa mais espaço vazio, privado, íntimo, social na vida dos indivíduos. Eles, então, passam a ter uma existência sem heterotopia, sem lugar de resistência ou de autocriação. O risco desse dispositivo de avaliação absoluta é a desinstitucionalização e o influxo rumo a uma individuação permanente e retirada depressiva para fora do coletivo, do simbólico e da história.

Já o apelo à coragem de conhecer e à aventura da liberdade de pensamento – isto é, o uso crítico da razão em todos os campos e não o uso privado do direito de pensar – tem suas nuances. Não se deve confundir o direito de saber o que quer pensar e o dever do erudito iluminado de oferecer ao público os frutos de sua reflexão sem a obrigação interior de covardia ou medo de violar uma ordem iníqua que mantém a humanidade com medo da autonomia, da liberdade e da indignidade de sua alienação moral e física.

Em *Autômata*, após o combate agonístico por nós retomado nas figuras 6 e 7, a intérprete toma a câmera em suas mãos e a mira corajosa e diretamente, como se encarasse aquela que tenta controlá-la. Só então se dá algo inesperado: a luta contra os próprios movimentos torna-se, então, uma dança que sabe aproveitar os espaços de liberdade possíveis: os movimentos automáticos são atravessados por outros, livres e não calculados, à medida que o enquadramento vai se tornando cada vez mais fechado. O ápice se dá quando, ao toque do interfone, a intérprete para de dançar, atende à ligação e retira-se da luz presente no interior da casa. Abrindo a porta, se lança na escuridão: é autômata desobediente. Agora, seus movimentos são plenamente humanos.



Figura 8: Mirada na tela

Fonte: *Autômata* (2020)

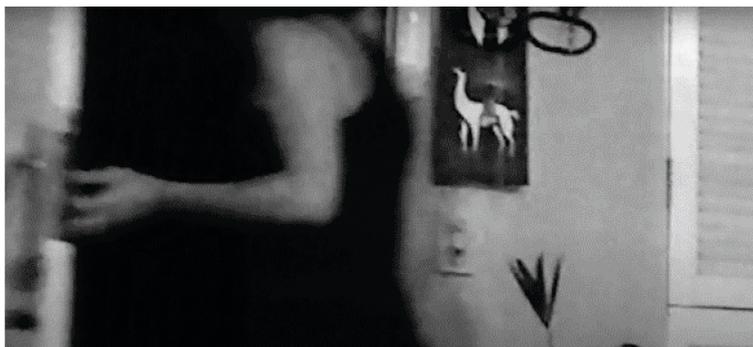


Figura 9: Desautomatizando

Fonte: *Autômata* (2020)

O texto de Kant sobre o Iluminismo ainda hoje é relevante: há um dever de coragem na ousadia de pensar em público, contra si mesmo e contra o próprio tempo, a fim de aperfeiçoar nossa autonomia e dignidade, considerando nosso destino e nosso conhecimento como bens públicos e não apenas como dons pessoais ou propriedade privada. O filósofo de Königsberg é, de fato, sempre pertinente quando apela ao uso privado e público de razões críticas. É realmente de se aplaudir o fato de ainda nos confrontarmos até hoje com o problema encontrado e levantado por Kant no século XVIII?

Façamos, portanto, de forma resoluta e ética, bem como política, uso público da razão enquanto ainda há tempo e as novas censuras ainda não nos colocam sob a tutela de uma religião de obediência que quer a servidão voluntária de cada um como princípio geral de cidadania às ordens do mercado globalizado. É mais do que necessário fazer ouvir no espaço público as razões filosóficas

fundadoras de nossas liberdades, as quais continuam na busca aberta de sentido na difícil aventura da instituição dessas mesmas liberdades em um mundo cuja exigência a nós dirigida consiste em não as reduzamos a um custo ou a um cálculo.

Saber é lembrar que a humanidade é tanto – se não mais – o *sujeito* de seu conhecimento e não um simples objeto, para si mesma, para seu presente e para a invenção de seu futuro. Não obstante a época digital insista em nos automatizar, ainda é possível desobedecer: eis a tarefa de um *ethos* urgente.

REFERÊNCIAS

AUTÔMATA. Direção de Pedro Fiuza. Natal: Casa da Praia Filmes, 2020 (6 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=STdpZ31cRHI>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BERNAYS, E. *Propaganda*. Paris, 2007.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *L'Anti-Edipe*. Paris: Minuit, 1969.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1972.

FOUCAULT, M. *Qu'est-ce que la critique ?* suivi de *La critique de soi*. Paris: Vrin, 2015.

FOUCAULT, M. *Les aveux de la chair*. Paris: Gallimard, 2018.

GLEYSE, J. *Instrumentalização do corpo: uma arqueologia da racionalização instrumental do corpo, da Idade Clássica à Época Hipermoderna*. Trad. de Avelino Aldo de Lima Neto, Cláudia Emília Aguiar Moraes e Fábio Luís Santos Teixeira. São Paulo: LiberArs, 2018.

GROS, Frédéric. *Desobedecer*. Trad. de Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

HADOT, Pierre. *La philosophie comme éducation des adultes*. Paris: Vrin, 2019.

HARAWAY, D. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

KANT, I. Resposta à pergunta: que é “Esclarecimento” (*Aufklärung*)? In: KANT, I. *Textos seletos*. Trad. de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2011.



Recebido em 10/01/2021. Aceito em 03/03/2021.